

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 3 Setembro - Dezembro 2022

ARTIGO

A FÁBRICA DE MANTEIGA E QUEIJO DAS FAZENDAS NACIONAIS DO PIAUÍ: UM ARTEFATO REMANESCENTE DA INDUSTRIALIZAÇÃO, PERSISTENTE NA MEMÓRIA SOCIAL

Caroline Carvalho Almeida*, Sônia Maria Campelo Magalhães**, Luis Carlos Duarte Cavalcante***

RESUMO

Encravada no meio do sertão piauiense, a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí (1897-1947), localizada no atual município de Campinas do Piauí, foi a primeira no ramo de laticínios do Nordeste e a segunda do Brasil, configurando-se como um marco da industrialização nacional. O objetivo deste artigo é evidenciar, sob o viés da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Industrial, essa antiga edificação como um artefato remanescente da industrialização brasileira, que se mantém persistente na memória social da população local. Observou-se que, até hoje, a fábrica continua sendo reconhecida como uma referência para a cidade de Campinas do Piauí, outrora localidade Campos, considerando que a ocupação humana da área se deu no entorno da edificação fabril, e esteve intimamente ligada à instalação, ápice e declínio desta. A relação construída entre a comunidade campinense e a edificação mostra-se como uma trama que envolve memórias individuais e coletivas, acontecimentos e um lugar. Assim, a antiga fábrica é elemento participante da vida cotidiana local, que estabelece uma constante conexão entre o passado e o presente.

Palavras-chave: Fábrica de Manteiga e Queijo; Arqueologia Histórica; Arqueologia Industrial; memória social.

* Bacharel e mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: carolinealmeidaarq@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1749-3959>.

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e mestre (DEA) em Pré-História, Etnologia e Antropologia, pela Université de Paris I – Pantheon-Sorbonne. Professora associada da Universidade Federal do Piauí, desde 1984, onde atua na Graduação e no Mestrado em Arqueologia. E-mail: campelosonia@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8354-7380>.

*** Doutor em Ciências (Química) pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Química pela Universidade Federal do Piauí. Professor associado da Universidade Federal do Piauí, desde 2008, onde atua na Graduação e no Mestrado em Arqueologia. E-mail: cavalcanteufpi@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0477-9771>.

BUTTER AND CHEESE FACTORY OF THE NATIONAL PIAUÍ FARMS: A REMAINING ARTIFACT OF INDUSTRIALIZATION, PERSISTENT IN SOCIAL MEMORY

ABSTRACT

In the Piauí hinterlands, the dairy factory known as “Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí” (1897-1947) became a milestone of national industrialization. Currently located in the municipality of Campinas do Piauí (formerly known as Campos), it was the first of its kind in the Northeast dairy sector and the second in Brazil. Based on Historical Archaeology and Industrial Archaeology, this paper highlights this ancient building as a remnant artifact of Brazilian industrialization, persistent in the local population’s social memory. The factory remains a reference in Campinas do Piauí, since its occupation took place around the factory building, closely linked to its foundation, apex, and decline. The relationship between the community and the building was built as a network involving individual and collective memories, events, and places. Hence, the old factory actively participates in the local everyday life, establishing a constant connection between past and present.

Keywords: Butter and Cheese Factory; Historical Archaeology; Industrial Archaeology; social memory.

LA FÁBRICA DE MANTEQUILLA Y QUESO DE LAS GRANJAS NACIONALES DE PIAUÍ: UN ARTEFACTO REMANENTE DE LA INDUSTRIALIZACIÓN, PERSISTENTE EN LA MEMORIA SOCIAL

RESUMEN

En el interior del Estado de Piauí, la Fábrica de Mantequilla y Queso de las Granjas Nacionales de Piauí (1897-1947), ubicada actualmente en el municipio de Campinas do Piauí (Brasil) (antes conocido como Campos), fue la primera de su tipo en el sector lácteo de la región Nordeste y la segunda de Brasil y se ha convertido en un local esencial de la industrialización nacional. Este artículo tiene como objetivo resaltar, desde la perspectiva de la Arqueología Histórica y la Arqueología Industrial, este antiguo edificio como un artefacto remanente de la industrialización brasileña, persistente en la memoria social de la población local. La fábrica continúa siendo reconocida como una referencia en Campinas do Piauí, en aquel entonces localidad de Campos, considerando que su ocupación ocurrió alrededor del edificio de la fábrica, estrechamente ligada a su fundación, ápice y decadencia. La relación entre la comunidad de Campinas y el edificio se expresa como una red que involucra memorias individuales y colectivas, eventos y lugares. Así, la antigua fábrica participa activamente de la vida cotidiana local, estableciendo una conexión constante entre el pasado y el presente.

Palabras clave: Fábrica de Mantequilla y Queso; Arqueología Histórica; Arqueología Industrial; memoria social.

INTRODUÇÃO

Erguida no fim do século XIX, exatamente no centro do território que abrangia as Fazendas Nacionais do Piauí, a Fábrica de Manteiga e Queijo tem sua origem no contrato de arrendamento das referidas fazendas, firmado entre o Tesouro Nacional e o engenheiro industrial Antônio José de Sampaio. O objetivo do empreendimento era aproveitar a grande produção leiteira para a fabricação de manteiga e queijo, promovendo o desenvolvimento dessas fazendas e do Estado do Piauí. Inaugurada em 9 de abril de 1897, na localidade Campos, área da Fazenda Castello (uma das Fazendas Nacionais do Piauí), foi a primeira fábrica de laticínios do Nordeste e a segunda do Brasil (CLAUDINO, 2007), tendo a primeira sido instalada na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais. A partir da efetiva instalação da fábrica de Campos, auxiliares começaram a se agrupar no entorno da edificação, onde também fixaram residência diretores, administradores e funcionários da fábrica.

A Fábrica de Manteiga e Queijo era equipada com o que havia de mais moderno na época, em termos de maquinário europeu, para a fabricação dos derivados do leite. Compreendia 26 compartimentos destinados a abrigar uma funilaria, uma serraria, a caldeira e o motor, uma fábrica de gelo (instalada em um compartimento conhecido pela população como “quarto escuro”), além dos setores destinados à recepção do leite e produção dos derivados e a parte administrativa. Não era uma edificação isolada no meio do sertão (ANDRÊS, 2014), mas, sim, fruto de uma cuidadosa avaliação das potencialidades locais.

O empreendimento fabril tinha, como carro-chefe de produção, manteiga de excelente qualidade, comprovada por várias instituições – incluindo, por exemplo, o Laboratório Nacional de Análises, que, após requerimento do engenheiro Sampaio para análise de qualidade, publicou o seguinte parecer: “A referida amostra de manteiga não contém nem gordura, nem matérias corantes estranhas, nem substâncias nocivas; é um produto de muito boa qualidade” (IPHAN, 2008, p. 121).

É interessante ressaltar que, durante esse período, o quadro mundial da industrialização dava grandes saltos e a produção de laticínios estava em destaque. Contudo, no Brasil, o processamento do leite ainda era realizado de forma comparativamente simples, durante a maior parte do século XIX (IPHAN, 2008). Nos primórdios do processo de industrialização brasileira de laticínios, não havia propriamente uma indústria, já que eram encontradas apenas pequenas oficinas caseiras, localizadas, a maioria delas, em fazendas de municípios que se formaram ainda durante o ciclo do ouro, em Minas Gerais. A produção de manteiga e queijo acontecia de forma rudimentar, tendo em vista que não havia energia elétrica nem maquinário específico (DIAS, 2012). De modo geral, os produtos eram apenas para consumo doméstico e, geralmente, a fabricação era dirigida pela esposa do fazendeiro.

Apenas no fim do século XIX, entre 1880 e 1890, durante o primeiro ciclo industrial do país, haveria a implantação do processo de pasteurização do leite em Minas Gerais, sendo o Estado do Piauí o sucessor, com a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais, tornando-se o segundo Estado a possuir uma indústria voltada para a produção de laticínios industrializados (IPHAN, 2008).

De forma geral, a organização do sistema fabril representou a perda do controle que os trabalhadores domésticos (da pequena produção caseira ou artesanal) tinham sobre a escolha de horários, visto que, na indústria, há hierarquia e disciplina, resultando em vigilância e outras formas de controle. Isso ocorreu a ponto de os trabalhadores acabarem por se submeter a um regime de trabalho com normas ditadas por mestres e contramestres, demonstrando o domínio capitalista sobre o processo do trabalho. Portanto, dentro do espaço fabril vigora uma “nova ordem de disciplina” (DECCA, 2004, p. 24-25).

A Fábrica de Manteiga e Queijo foi um importante empreendimento industrial em um momento em que o Piauí buscava se firmar no cenário nacional e contava com poucas manufaturas e indústrias, estando voltado para uma economia agrária (RIBEIRO, 2017). A concessão das Fazendas Nacionais do Piauí ao engenheiro Antônio José de Sampaio pode ser considerada a primeira tentativa de privatização no território piauiense, e, se bem-sucedida, provavelmente teria formado, segundo Felipe Mendes (2003, p. 108), uma espécie de governo paralelo. O empreendimento era responsável por produzir laticínios de qualidade, porém, devido a vários fatores – como as secas recorrentes, a dizimação do rebanho bovino e as disputas políticas regionais –, encerrou suas atividades definitivamente no ano de 1947 (CLAUDINO, 2007).

Após o fechamento definitivo da antiga fábrica, a edificação, ao longo dos anos seguintes, foi utilizada como escola e, até mesmo, como moradia. Paralelamente, o local foi usado para a celebração de atividades religiosas (missas, batizados e casamentos), tendo servido ainda como clube para festas. Recentemente, abrigou uma marcenaria e, nos fundos, uma padaria. Posto isto, fica evidente que, para além de um imponente edifício em ruínas no centro de Campinas do Piauí, a Fábrica de Manteiga e Queijo faz parte da memória afetiva e da identidade dos moradores da pequena cidade, tendo em vista que a edificação não permanece apenas nas lembranças dos velhos tempos, mas ainda é partícipe da vida cotidiana de uma comunidade que vive à sombra dessa história.

Tomando por base o conceito de Arqueologia Industrial elaborado pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) (2003, p. 3), que define este campo de estudo enquanto “método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, artefatos, a estratigrafia, e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais”, neste trabalho transitamos entre o passado e o presente, evidenciando a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí como um superartefato industrial. Em meio ao emaranhado de ideias, ainda buscamos compreender as relações construídas entre esse superartefato e a comunidade, uma vez que a edificação é testemunha e parte do lugar¹ e da vida de muitos campinenses.

UM BREVE RESUMO SOBRE AS FAZENDAS NACIONAIS DO PIAUÍ

A Fábrica de Manteiga e Queijo se insere no cenário das Fazendas Nacionais do Piauí, originalmente patrimônio de Domingos Afonso Mafrense, falecido em 1711, que, na ausência de herdeiros, deixou em seu testamento a Companhia de Jesus como maior beneficiária de sua vastidão territorial e dos bens nela contidos. Dessa forma, os jesuítas se tornaram proprietários de grandes extensões de terra e fazendas, ampliando esse patrimônio nos anos subsequentes – tanto em terras, quanto em gado e escravos. Contudo, com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1760, essas terras foram confiscadas pelo Império Português e divididas em três Inspeções, ou Departamentos – Piauí, Canindé e Nazareth –, denominados de “Fazendas do Fisco ou Fazendas Reais”. No ano de 1822, as propriedades passaram a pertencer à Nação, recebendo a denominação de “Fazendas Nacionais”, administradas pelo Departamento de Fazenda, órgão responsável pela inspeção e arrecadação de rendas.

¹ O conceito de “lugar” adotado neste trabalho será o de Acha (2018, p. 73). Esta autora afirma que “os lugares, por sua vez, são a forma como as pessoas incorporam, na paisagem, sensações, sentimentos, conhecimento e cultura, tornando-a algo experienciável e parte do *habitus*”.

Com o decorrer dos anos, as Fazendas Nacionais do Piauí, que deveriam ser grande fonte de lucro, passaram a ser uma preocupação para os cofres públicos. As denúncias de roubo, desvios de terra e de gado eram constantes, trazendo à tona a incompetência do Governo Imperial enquanto administrador desses grandes latifúndios. Assim, uma política de arrendamento foi adotada por meio da Lei nº 3.140, de 30 de outubro de 1882, pela qual o Governo Imperial do Brasil autorizava “a venda ou arrendamento de várias propriedades nacionais, inclusive muitas fazendas situadas nas Inspeções Nazareth e Canindé, na então Província do Piauí” (SAMPAIO, 1963, p. 257), transferindo para particulares a responsabilidade de administrá-las.

É nesse contexto que, em 26 de abril de 1889, Antônio José de Sampaio assina o contrato de arrendamento das Fazendas Nacionais do Piauí, por um período de nove anos, e se compromete a pagar vinte contos de réis anuais aos cofres públicos. Ao final do contrato, o governo deveria vender todo o patrimônio ao arrendatário, pela quantia de 400 contos de réis. No entanto, o contrato englobava uma série de exigências que demonstravam a intenção do governo de colocar nas mãos do arrendatário a responsabilidade de desenvolver e produzir naquelas terras o que não fora capaz de fazer em 67 anos de administração (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2021).

Dentre as exigências constavam, por exemplo, a obrigação de fundar núcleos coloniais com estrangeiros; desenvolver a criação de gado lanígero em grande escala e introduzir novas espécies das melhores raças; manter às suas custas uma estação meteorológica; implantar uma fábrica de laticínios em moldes europeus; importar maquinário moderno necessário para a fabricação de produtos laticínios; e mandar vir, da Europa, às suas expensas, pessoal habilitado para o preparo de derivados do leite (IPHAN, 2008).

A implantação de uma indústria em seu Estado de origem era um projeto ambicioso que o engenheiro Sampaio alimentava desde seus primeiros anos de estudo na Suíça, país que se destacava nesse setor. Contudo, é válido ressaltar que, antes do contrato com Antônio José de Sampaio, o governo nunca havia feito tantas exigências para o arrendamento das Fazendas Nacionais do Piauí (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2021). Isso se deve, segundo consta em algumas fontes (IPHAN, 2008; VILHENA, 2006a), ao prestígio que Sampaio desfrutava junto a membros da Família Real do Brasil, da mesma forma que tem alguma relação com a firme crença que esse engenheiro depositava no “papel transformador da ciência como agente do progresso e do desenvolvimento” de uma dada região (VILHENA, 2006a, p. 52).

A PRIMEIRA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO NORDESTE: A FÁBRICA DE MANTEIGA E QUEIJO DAS FAZENDAS NACIONAIS DO PIAUÍ

Entre fins do século XIX e início do século XX, predominavam, no Piauí, a pecuária extensiva e a produção de algodão, produtos estes que possibilitaram a geração de uma renda importante para a economia piauiense. Somente com a exploração dos produtos de origem vegetal, o Piauí entrou em um novo contexto econômico, marcado por uma participação maior no mercado internacional e pela efetiva transformação do viés produtivo do Estado (SILVA, J., 2013). A instalação da Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí se deu nesse contexto, em um momento em que o país transitava da Monarquia para a República, e a pecuária enfrentava um período de decadência. As práticas criatórias nas Fazendas Nacionais do Estado declinavam com o fim da monarquia brasileira, situação de desgaste que se agravou com as tentativas de reativá-las economicamente por meio do arrendamento e venda desses estabelecimentos (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2021).

Como dito antes, ao arrendar as Fazendas Nacionais do Piauí, Sampaio tinha, como uma das principais exigências a cumprir, que proceder à implantação de uma fábrica de derivados do leite, em moldes europeus, com o que havia de mais moderno em técnicas de fabricação e maquinários. Possuindo conhecimento sobre os Estados pecuaristas brasileiros da época, Sampaio (1963) afirmou que, em nenhum deles, encontravam-se melhores pastagens, ou gado de melhor qualidade, do que nos campos mimosos das Fazendas Nacionais do Piauí, terras que sempre foram propícias à criação de animais, devido à abundância de elementos naturais que favoreciam as atividades criatórias.

Uma das regiões que se destacava era a localidade Campos, situada na Fazenda Castello, um recanto entre as atuais cidades de Simplício Mendes e Oeiras. Os campos verdes, cobertos pelo capim mimoso, representavam a melhor fonte de pastagem das Fazendas Nacionais do Piauí, possuindo ainda uma fonte de água oriunda dos olhos d'água Aningas. Devido a todas as vantagens e condições oferecidas naturalmente, Campos foi escolhida para sediar a Fábrica de Manteiga e Queijo exigida no contrato de arrendamento (ALMEIDA, 2014).

Em 1894, Sampaio viajou para a Europa a fim de adquirir, além do maquinário necessário à implantação da fábrica, mão de obra especializada para o fabrico de queijo e de outros derivados do leite. Tinha como objetivo, também, recrutar trabalhadores imigrantes para a formação de núcleos coloniais nas Fazendas Nacionais (SAMPAIO, 1899), iniciando o processo de imigração dentro do Estado, cumprindo, assim, mais uma exigência contratual. Esta seria a primeira tentativa de introdução de imigrantes para o desenvolvimento no “norte” do país (IPHAN, 2008).

Ao retornar ao Piauí, Sampaio trouxe o maquinário necessário embalado em grandes caixas, transportado de navio até o porto de Amarração, em Parnaíba, de onde seguiu em embarcações movidas a vapor até o porto de Colônia, atual cidade de Floriano. Por ser um material pesado e de difícil transporte, o engenheiro trouxe carrilhões de ferro que conduziriam as peças até a fábrica, situada a aproximadamente 240 quilômetros do porto. Para que o maquinário fosse transportado, foi aberta uma estrada que ligava o porto de Colônia à localidade Campos, como também foi construída uma ponte sobre o rio Itauera, que facilitava a passagem dos carrilhões de ferro puxados por juntas de bois (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2021).

A partir dos discursos gerados sobre a implantação dessa fábrica no sertão piauiense, criou-se um mito acerca do esforço despendido para a realização deste grandioso projeto. No livro *Maranduba: memória do Nordeste contada de viva voz de mãe para filho, de avó para neto, para que não se percam nossos começos e tropeços*, Odeth Vieira Rocha (1994), a partir da oralidade, reproduz relatos que colaboram para a construção dessa visão de aventura sertaneja:

[...] O pior era transportar a caldeira, pesando toneladas. O dr. Sampaio trouxe da Europa um carroção de ferro e engatou em juntas de bois e mandou cobrir a estrada com milhares de couros para que o carroção pudesse deslizar com a caldeira. Sem exagero, só no transporte da caldeira morreram mais de mil juntas de bois, de espinhaço quebrado, golfando sangue. Não andavam dois metros e caíam arrebetados. (ROCHA, 1994, p. 18).

A Fábrica de Manteiga e Queijo, projetada pelo engenheiro Alfredo Modrack, resultou na construção de um grande edifício neoclássico, com uma área de aproximadamente 800 metros quadrados, dividido em 26 compartimentos, conforme já citado (SAMPAIO, 1899). A edificação se afasta completamente das características rurais piauienses de

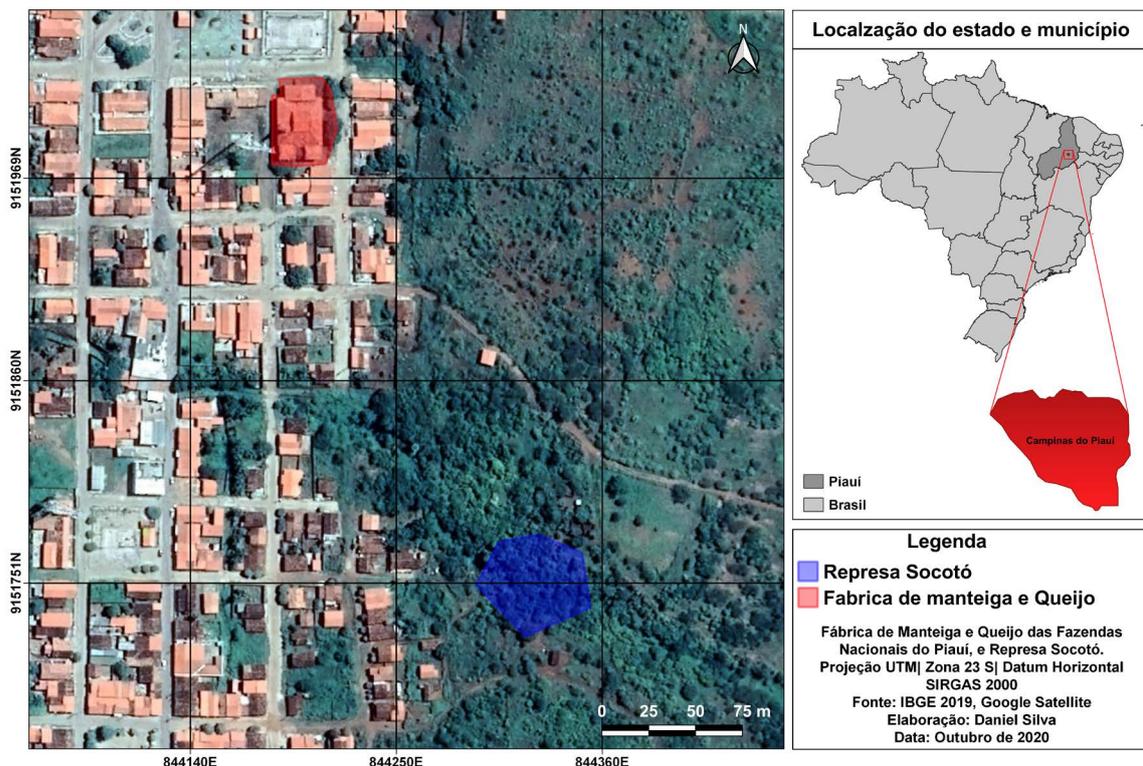
então. Entretanto, a estrutura de carnaúba da cobertura configura-se como um vínculo com a arquitetura tradicional local (SILVA FILHO, 2007).

[...] a fábrica contava com sala da diretoria, laboratório e escritório dispostos junto ao acesso principal do prédio; logo após, ocupando todo o vão, a parte de armazenagem de leite, possivelmente – layout observado no cômodo – apresentando máquinas de embalagem e/ou refrigeração; depois disso, estava a parte de produção, contando com espaço para fabrico de queijo, manipulação do leite e outras etapas; na última parte, estavam o maquinário pesado, refrigeração e armazenamento de combustíveis. (TEIXEIRA, 2019, p. 68).

Para o armazenamento da água das chuvas e represamento do olho d'água, foi construído um grande reservatório conhecido até hoje como Socotó, nas proximidades da fábrica (Figura 1). A água armazenada no referido reservatório era conduzida através de canos e abastecia não só a fábrica, mas também as demais edificações do entorno do prédio. Sampaio ainda chegou a sugerir que uma série de açudes poderiam ser construídos no território das Fazendas Nacionais, “juntamente com lagos artificiais e reservatórios preparados nos leitos dos rios, [que] forneceriam água permanente e abundante para satisfazer a tôdas as exigências” (SAMPAIO, 1963 *apud* VILHENA, 2006a, p. 59).

Figura 1. Localização da Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí, e Represa Socotó.

Fonte: Daniel Silva, 2020.



Assim, a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí (Figura 2), que entrou em operação em 9 de abril de 1897, produzia derivados do leite com excelente qualidade, sendo reconhecida como uma das maiores indústrias de laticínios da América do Sul (CLAUDINO, 2007).

Figura 2. Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí.

Fonte: Acervo FUNDAC.



Para a produção de manteiga de primeira qualidade, carro-chefe da fábrica, era utilizado todo o leite produzido na região dos Campos, incluindo ainda o das fazendas nacionais mais próximas e até o de fazendas particulares (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2021). Havia currais construídos nas imediações da fábrica, identificados por fazenda, para que assim o gado não se misturasse. O leite coletado chegava ainda de madrugada trazido pelos garimpeiros, pessoas encarregadas de transportar os latões de leite e despejá-los nos tanques da fábrica (ROCHA, 1994), iniciando logo cedo a produção da manteiga. O leite magro era descartado e derramado fora do prédio, originando um córrego artificial, que ia desembocar em um riacho, nas proximidades da fábrica.

[...] Eram cinco mil vacas leiteiras, encurraladas, fornecendo leite para a fábrica. Os garimpeiros traziam os latões de leite, despejando-os nos tanques da fábrica e do outro lado já saía o leite magro, desnatado, a bem dizer, um rio de leite correndo onde porcos e meninos se lambuzavam. (ROCHA, 1994, p. 118).

De acordo com depoimento de 2013 do senhor José Belém de Sousa, ao chegar, o leite era pesado e despejado nos grandes tanques, seguindo para as desnatadeiras, onde ocorria a separação da nata (MOURA, 2013). Só então iniciava-se o processo de fabricação da manteiga. Durante o procedimento de desnatação, o leite magro descia por um cano que dava no lado de fora da fábrica, onde a população o coletava em recipientes para reaproveitar na produção de requeijão caseiro. Para a produção de gelo, eram destinadas 48 horas de trabalho, pois era necessário que a caldeira sempre estivesse abastecida de lenha para gerar energia a vapor e ligar os motores de todo o maquinário. O gelo, depois de fabricado, durava cerca de duas semanas, conservado em palha de arroz e pó de serraria (MOURA, 2013). Este era utilizado nas câmaras frigoríficas destinadas à conservação e fermentação dos produtos.

A caldeira, única peça do maquinário que até hoje permanece na edificação, pode ser considerada o coração da fábrica. Quando esta era alimentada pelo calor do fogo a lenha, todo o maquinário ganhava vida e a energia chegava às residências construídas no entorno da fábrica. No início do funcionamento, além da produção de derivados do leite, nas usinas a vapor que ficavam na fábrica, também eram confeccionadas e pintadas as latas de flandres que serviam como embalagens da manteiga (SAMPAIO, 1899). De acordo

com depoimento de 2007 do senhor José Mariano Filho, em grande parte, o processo de enlatamento da manteiga era realizado por mulheres (A FÁBRICA..., 2007).

A mão de obra da Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí não fugiu à regra das indústrias surgidas no século XIX, sendo composta por trabalhadores nacionais e estrangeiros (Figura 3). Mesmo se utilizando de técnicos estrangeiros, a participação das pessoas que moravam na região (os nacionais) foi fundamental para a construção e funcionamento da fábrica. A participação de ex-escravizados e seus descendentes também mostra que o projeto procurava incluí-los na produção direta dos laticínios ou no fornecimento do leite, sobretudo após a Lei do Ventre Livre, de 1871.

Com os ideais do trabalho livre, a visão de controle social se fazia presente, especialmente nas cidades. Indivíduos que não possuíam trabalho eram considerados vadios (NEGRO; GOMES, 2006), o que vai ao encontro da criação do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara², que tinha por objetivo “o atendimento das necessidades de pessoas negras que vagavam sem ocupação, com o fim da escravidão nas fazendas” (IPHAN, 2008, p. 23).

Figura 3. Operários da Fábrica de Manteiga e Queijo.

Fonte: Acervo FUNDAC.



Contudo, a realidade é que o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara passou a ser nada mais que uma junção de interesses públicos e privados, atendendo especialmente as elites agrárias, para que se mantivesse a condição senhorial e escravista construída por tantos anos, onde os negros deveriam permanecer no mais baixo estrato social (IPHAN, 2008). Solimar Lima (2005) aponta que

[...] O império não se furtou a utilizar-se, mais uma vez, de mecanismos extra-econômicos para garantir a organização da produção e do traba-

² Estabelecimento de ensino agrotécnico construído às margens do rio Parnaíba, que deu origem ao traçado urbano da atual cidade de Floriano, Piauí. Em 10 de setembro de 1873 por meio do Decreto nº 5.392, o Governo Imperial autorizou a fundação do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, apresentando como contratante o primeiro engenheiro agrônomo piauiense, Francisco Parentes (BRASIL, 1874). Para saber mais, ver o dossiê *Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: a ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX* (IPHAN, 2008).

lho nas fazendas arrendadas para a implantação de um empreendimento agrícola. Com leis e decretos libertou os trabalhadores disponibilizando-os ao trabalho assalariado; impediu-os de abandonar as propriedades, obrigando-os a trabalhar como assalariados; regulamentou os níveis de trabalhos e determinou as penalidades para aqueles que, coagidos, resistissem ou não se submetessem à nova ordem. (LIMA, S., 2005, p. 156).

Embora ainda não tenhamos fontes documentais que comprovem esta informação, de acordo com os relatos orais, ex-escravizados eram remunerados pelos serviços prestados na Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí. Contudo, isso não significa que o trabalho era totalmente livre e com maior facilidade, levando em consideração aspectos como o clima e as extensas jornadas de trabalho (RIBEIRO, 2017).

De acordo com o depoimento de 2012 do senhor José Belém de Sousa³ (MOURA, 2013), operário e neto de um também operário, o trabalhador na Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais não tinha horário certo para as pausas e para se alimentar. As refeições aconteciam dentro da própria fábrica, tendo em vista que os processos de desnatação, enlatamento e fabricação de gelo ocorriam em diferentes momentos do dia. Esse operário lembra que, para a fabricação da manteiga, era necessário um tempo de descanso da nata ou creme, e, devido a isso, os operários trabalhavam no domingo, a fim de deixar tudo pronto para o preparo da manteiga na segunda-feira. Ele relata:

07:00 horas da manhã a gente tava lá no ponto, e de 08:00 pra 09:00 terminava a desnatação, aí parava. No outro dia desnatava uma, e aquela primeira de ontem é que ia fazer o processo da enlatação. Nós ficávamos na fábrica o correr do dia. Agora quando era pra fazer gelo a gente ficava lá 48 horas de fogo sem parar. [...] Nessas 48 horas quando tinha gelo mesmo pra passar uma semana trabalhando, aí folgava mais. Mas todo mundo ficava por lá, tinha sempre uma coisa pra fazer, ia assear as vasilhas porque eram muitos vasilhames. Ficava uma semana sem fazer o gelo, aí quando era o fim de semana de noite íamos pra nossas casas. (MOURA, 2013, p. 70).

O operário, fazendo suas refeições no ambiente de trabalho, acabava sendo levado a exercer longas jornadas de trabalho (MOURA, 2013, p. 69). De acordo com Sidney Chalhoub (2001 *apud* MOURA, 2013, p. 69), tanto nos pequenos empreendimentos rurais quanto nos grandes empreendimentos urbanos, a atitude paternalista dos patrões tem o objetivo de possibilitar o aumento da exploração da força de trabalho. Ao permitir que o operário residisse e se alimentasse no local de trabalho, este era obrigado a cumprir longas jornadas de trabalho, pois muitos desses estabelecimentos fabris fechavam por poucas horas durante a noite. Quanto a esse aspecto, o senhor José Belém de Sousa (A FÁBRICA..., 2007) faz o seguinte relato sobre o funcionamento da Fábrica de Manteiga e Queijo, onde trabalhou:

Quando era pra fazer gelo, tinha que ficar aqui 48 horas, com fogo redondo pra máquina girar e fazer bloco de gelo, fechava bloco e aos poucos o foguista ficava quase sozinho, porque os outros ficavam nas outras máquinas. De noite, de dia não, de dia era um transmonte de gente aqui, a gente almoçava e jantava aqui. (A FÁBRICA..., 2007).

³ José Belém de Sousa, mais conhecido como seu Zezinho, foi um operário da antiga Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí, onde assumiu o posto de seu avô como foguista da caldeira.

Em relação às opções de lazer na localidade Campos, em depoimento de 2012, o senhor José Belém de Sousa (MOURA, 2013, p. 69) lembra que era algo raro, “até porque era tudo no escuro”. Só havia energia na fábrica e nas casas da administração enquanto o empreendimento permanecia funcionando. Em depoimento concedido em 2012, dona Aurora Lima da Silva, filha de uma ex-operária da fábrica, atribui a falta do lazer ao atraso do local, uma vez que Campos se encontrava longe dos grandes centros urbanos, onde as notícias demoravam a chegar, ou até mesmo não chegavam:

Minha mãe tanto morava aqui [no povoado Campos] quando funcionava [a fábrica], como foi funcionária da fábrica. O tempo era tão atrasado. As pessoas tinham tanta fartura e não tinha como aproveitar, devido o atraso. Ninguém tinha noção, achava que nada valia nada. As pessoas tinham muito gado, muita criação, tinha muita riqueza, mas como era atrasado, não tinha distração [...]. (MOURA, 2013, p. 70).

Um fato interessante é que, diferentemente de fábricas localizadas nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, a fábrica de laticínios das Fazendas Nacionais do Piauí não possuía mestres e contramestres para disciplinar o operário (MOURA, 2013, p. 31), havendo somente encarregados que auxiliavam os administradores. Em depoimento, o senhor José Mariano Filho comenta que a grande maioria dos operários era da própria região (A FÁBRICA..., 2007), com destaque para o fato de que havia tanto homens quanto mulheres (RIBEIRO, 2017), algo incomum para os padrões da época.

As informações acerca do operariado e do funcionamento da antiga Fábrica de Manteiga e Queijo são escassas. Contudo, o que se tem é suficiente para evidenciar que a vida no povoado Campos estava relacionada diretamente com o funcionamento da fábrica de laticínios. Até o momento, não encontramos fontes referentes à administração que apresentem dados relacionados ao processo de produção, número de operários, médias salariais ou dados econômicos.

Além de auxiliar o marido na administração da fábrica em si, a esposa do engenheiro Sampaio, dona Augusta Hermínia Franco de Sá, fundou uma associação de rendeiras com as mulheres que moravam nos arredores do empreendimento. A renda era produzida em frente à fábrica e vendida em países da Europa, e o salário das mulheres era pago aos finais de semana. Desta forma, favorecia-se o trabalho feminino assalariado, contrariando e desafiando o pensamento provinciano da época. De acordo com Vilhena (2006b), esta referência pode ser testemunha da quebra de barreiras sociais e políticas, ameaçando as formas dominantes de pensamento no Piauí de então, trazendo à tona um novo pensar.

A Fábrica de Manteiga e Queijo provocara em seus primeiros anos de existência um verdadeiro furor. Em 1908, na famosa Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro, que abrigou *stands* com a produção econômica brasileira daquele período, a manteiga produzida no sertão piauiense obteve destaque pela sua alta qualidade (ANDRÈS, 2014). O produto também foi exportado para outros Estados e até mesmo para outros países, “e teve grande influência econômica na região” (MENDES, F., 2003, p. 108).

Assim, a instalação da fábrica trouxe uma nova realidade para mulheres e homens do sertão piauiense, iniciando a formação de um povoado modulado pelo ritmo fabril, com um apito que logo cedo ecoava pelos campos mimosos. Contudo, após a destituição de Antônio José de Sampaio do posto de arrendatário das Fazendas Nacionais, no início dos anos 1900, as terras voltaram à decadência experimentada antes e a fábrica de laticínios acabou encerrando suas atividades, uma vez que os arrendatários seguintes deram ênfase à extração e exportação da maniçoba para a produção da borracha. O período de inatividade da fábrica no beneficiamento do leite é incerto, mas, presumidamente, deu-se entre os anos de 1902 e 1930 (ALMANAK..., 1907, 1910; MAURY, 1908; SAUER, 1905, 1906; SILVA, M., 1909; TEIXEIRA, 2019; VILHENA, 2006a).

Em algum momento durante o governo do interventor Landri Sales, entre 1931 e 1935, o empreendimento é reativado, e a edificação passa por um restauro. Nesse período, não só a manteiga é produzida, como também é realizado o descarçamento do algodão, o beneficiamento de arroz e a produção da cera de carnaúba. Ainda nessa década, é contratado um técnico de laticínios suíço de nome Charles André Favre, que veio ao Piauí dirigir a fábrica durante os últimos dez anos de funcionamento (VILHENA, 2006a).

Fato é que, em um intervalo de aproximadamente 50 anos, a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí, em diferentes momentos, produziu manteiga de qualidade internacional, tendo encerrado definitivamente suas atividades em 1947 (CLAUDINO, 2007), embora essa data seja incerta, dependendo do autor consultado.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL COMO FERRAMENTAS DE PESQUISA

A Arqueologia deve ser entendida idealmente em seu contexto histórico e social (FUNARI, 2005). Ao compreender a Arqueologia enquanto prática interpretativa, que constrói socialmente e de forma ativa o passado no presente, não sendo apenas um reflexo passivo das coisas que aconteceram em tempos remotos, essa disciplina se expande, deixando de tratar apenas de eventos ou de cultura material (COPÉ; ROSA, 2008, p. 1), mas, sim, buscando compreender que a cultura material diz muito sobre nós e o que somos.

Ao conceituarmos a Arqueologia como a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material produzida por eles, fica subentendido que seu principal interesse é expor fenômenos de mudança cultural, operando, essencialmente, a partir de três dimensões interrelacionadas, que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo (LIMA, T., 2011).

De acordo com Carvalho (2014), a cultura material é resultante da habilidade e da capacidade do ser humano de manusear matérias-primas e transformá-las em artefatos, sejam eles de uso doméstico, individual, coletivo ou industrial, assim como edificar monumentos de variadas modalidades e utilidades, tais como habitações, pontes e aquedutos, modificando o seu habitat natural. No entanto, o estudo da cultura material nunca poderá ocorrer por si próprio ou em contextos desvinculados das tramas e relações sociais e humanas, em razão da cultura material ser a marca identitária de uma circunstância cultural específica, na qual os objetos produzidos adquiriram uma dimensão intensa e ideológica.

Nos últimos 30 anos, o capitalismo, a expansão do materialismo de cunho europeu através do mundo, as grandes inovações tecnológicas resultantes da Revolução Industrial e o impacto que isso exerceu sobre os diferentes povos (ORSER JR., 1992) tornaram-se elementos fundamentais para os estudos. Assim, através da investigação da cultura material como resultado da ação humana nos aspectos da vida cotidiana, o artefato não reflete apenas comportamentos culturalmente determinados, mas expressa objetivos políticos, econômicos e sociais, e a relação entre o indivíduo e o artefato, proporcionando a compreensão de aspectos não materiais da cultura (THIESEN, 2005).

A Arqueologia Histórica é o ramo da Arqueologia que interpreta o passado por meio de múltiplos testemunhos, “conectada por correntes diversas com objetivos distintos, complementares e não excludentes” (ZARANKIN; SENATORE, 2002, p. 12 *apud* ZANETTINI, 2005, p. 16). Esse campo da Arqueologia vem possibilitando inúmeras abordagens teóricas e metodológicas, reforçando sua relação com outras ciências e evidenciando seu caráter dinâmico e interdisciplinar. Orser Jr. (1992) destaca que esta multidisciplinaridade, além de possibilitar a aberturaêmica para a disciplina, proporciona, através de diferentes olhares e inúmeras fontes, acesso às complexidades da experiência humana.

Conforme menciona Thiesen (2005), baseada em Tania Lima (1999), nas Américas, a Arqueologia Histórica vincula-se necessariamente “ao desenvolvimento e expansão do

sistema capitalista”, destacando ainda que a industrialização é um dos temas visceralmente ligados a essa subárea da Arqueologia.

A Arqueologia Industrial tem origem na Inglaterra em meados da década de 1950, devido à necessidade de preservar monumentos remanescentes da Revolução Industrial. É entendida enquanto campo que estuda todos os vestígios materiais e imateriais, artefatos, documentos, estruturas e paisagens criadas para ou por processos industriais (TICCIH, 2003). Sendo interdisciplinar por natureza, considera-se aqui o ponto de vista de Palmer e Neaverson (1998, p. 8), para quem a Arqueologia Industrial não deve se restringir a registrar a ocorrência de estruturas edificadas e de artefatos de um passado relativamente recente, mas que, fundamentalmente, procure inseri-los em um contexto mais amplo, econômico e tecnológico, preocupando-se especialmente em tentar explicar como eles indicam mudança ou continuidade no comportamento humano. Nesse sentido, a Arqueologia Industrial, na visão dos mesmos autores, pode contribuir de forma diferenciada para a compreensão do desenvolvimento da sociedade humana.

Cerdà (2008) afirma que, desde o seu nascimento, a Arqueologia Industrial tem se desenvolvido a partir de óticas supostamente distintas: por um lado, é o estudo dos vestígios mais significativos da sociedade industrial, capitalista; por outro, é o estudo da sociedade, por meio dos vestígios preservados na superfície e em subsuperfície. Aparentemente, são dois caminhos diferentes; contudo, nos últimos anos, têm-se expandido os estudos sobre o elemento humano dentro do ambiente fabril e sobre como os vestígios da industrialização promovem uma presença simbólica no contexto social, cultural e econômico, tanto no passado quanto no presente (OLIVEIRA, 2015).

Posto isso, Silva e Cordeiro (2017) apontam que:

A arqueologia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e particularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. Ela possibilita uma conjunção das diversas ciências naturais e propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material, da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre diversos outros campos e aspectos interdisciplinares. (SILVA; CORDEIRO, 2017, p. 19-20).

Angus Buchanan (1989) defende que a Arqueologia Industrial não é exclusiva da Idade Contemporânea e que este campo de estudo se dedica, conforme já mencionado, à investigação, registro, levantamento e, em alguns casos, à preservação de monumentos industriais. Conjuntamente, visa entender a importância dos remanescentes industriais no contexto social, histórico e tecnológico. Palmer e Neaverson (1998) ressaltam que uma importante posição teórica para o arqueólogo industrial é aquela que reconhece o papel do indivíduo na criação da cultura material. Assim, objetos e estruturas resultam de uma escolha deliberada e não de um determinismo ambiental. Os fatores ambientais, como a disponibilidade de matéria-prima e a topografia, por exemplo, influenciam a escolha da localização de uma estrutura específica; porém, o ser humano é responsável por sua existência e forma.

Thiesen (2005) destaca que, para além do maquinário e dos objetos produzidos em seu interior, a fábrica deve ser entendida como um artefato. Deve-se levar em consideração que a fábrica é, ao mesmo tempo, lugar de práticas sociais e suporte de representações sociais. Não só as fábricas, mas os monumentos relacionados à industrialização envolvem

significados histórico-culturais, os quais reforçam seu valor enquanto parte característica de um lugar. O produto, a tecnologia aplicada, o significado para a população local, que geralmente permanece bem vivo na memória e no imaginário das pessoas, são questões que precisam ser levadas em consideração (MENDES, J., 1991).

Sendo assim, os sítios históricos industriais geralmente estão relacionados ao desenvolvimento econômico de um lugar, tornando-se símbolos de identidade e memória para as comunidades de seu entorno (ROSA, 2011). São testemunhos do desenvolvimento das atividades humanas e de um determinado lugar, gerando experiências industriais e, conseqüentemente, recordações de vida. Portanto, as fábricas e as vilas operárias envolvidas no cotidiano dos trabalhadores desempenharam um papel ativo na estruturação do mundo social do operariado brasileiro no final do século XIX (STANCHI, 2008, p. 35), uma vez que essas edificações interferiram diretamente na formação/domesticação dos indivíduos que estavam ligados a esses ambientes de forma direta ou indireta.

Falar das formas assumidas por esses sítios, espaços e organização não é apenas falar de funcionalidades, mas, sobretudo, de questões simbólicas (THIESEN, 2005), sobre o valor e significado que possuem para cada indivíduo.

A Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí aqui apresentada como objeto de estudo é investigada como um símbolo marcador da cidade de Campinas do Piauí, considerando ainda a relação que a comunidade mantém com ela até os dias atuais. A edificação é um elemento que se mantém, apesar das modificações ocorridas ao longo do tempo naquele lugar, mas é também um elemento motor de tais transformações, sendo, pois, integrante da realidade dos habitantes locais. Assim, sob a ótica da Arqueologia Industrial, buscamos evidenciar essa antiga fábrica enquanto elemento persistente e presente na memória social, uma vez que os vestígios industriais promovem uma relação direta com as questões simbólicas no contexto social e cultural, seja no passado ou no presente, destacando as mudanças que o processo industrial ou a desindustrialização trazem para um determinado lugar.

A IMPORTÂNCIA DE UMA FÁBRICA QUE DEU ORIGEM A UMA CIDADE

Como exposto neste artigo, é notório que a implantação da Fábrica de Manteiga e Queijo na localidade Campos modificou o ambiente e a vida das pessoas que habitavam em suas proximidades, em um Piauí ainda rural e escravista, que não tinha pretensões industriais. O impacto que provocou, não apenas no meio físico e natural, mas também no social, acabou ensejando uma nova história, que se refletiu na vida dos indivíduos diretamente relacionados com o empreendimento.

Embora seja um patrimônio de grande importância pelo seu valor histórico, arqueológico e industrial, pois demonstra a vanguarda dos atores envolvidos no planejamento e na implantação da edificação em um local totalmente desprovido de infraestrutura, àquela época (COSTA, A., 2010), e principalmente pelas modificações socioculturais que trouxe para a vida das pessoas que viviam na região, a antiga fábrica segue em pé, mas em estado de abandono e descaso.

A fábrica era equipada com um maquinário numeroso e de grande porte, do qual atualmente restam apenas registros fotográficos da época em que se encontrava em pleno funcionamento. Hoje, existem unicamente duas peças no edifício: a caldeira, que não foi removida, por estar firmemente presa a uma parede e por ser muito pesada, e uma grande roda de ferro, parte de uma engrenagem interna. Na parte externa da edificação, ainda há o cano de ferro, por onde, segundo a memória popular, escorria o leite magro, que era despejado diretamente na rua, formando um córrego artificial que seguia da fábrica até desembocar em um riacho nas proximidades do empreendimento. A população podia se servir desse leite o quanto quisesse, bastando para isso recolhê-lo em vasilhames (ALMEIDA, 2014).

As senhoras Antônia de Deus Rêgo e Ascinete Santana, além do senhor Valdemar Santana, moradores locais, afirmam, em depoimentos concedidos em 2019, que,

após o fechamento definitivo da fábrica, esta permaneceu preservada até a década de 1960 (ALMEIDA, 2022). Após esse período, o maquinário foi sendo saqueado ao longo dos anos, estando algumas peças, de acordo com informações de populares, em poder de particulares, em diferentes regiões do Piauí.

O uso mais recente da edificação, até o ano de 2006, foi como marcenaria, quando, em 15 de julho desse mesmo ano, ocorreu um incêndio em uma das alas laterais (CLAUDINO, 2007), evento que a população define como tendo sido de cunho criminoso. O fogo foi contido pelos moradores e a estrutura do prédio não foi totalmente afetada. Contudo, esse acontecimento provocou o desabamento de parte do teto de um cômodo situado do lado esquerdo da sala central de produção, consequentemente afetando os pavimentos térreo e superior e limitando o acesso a este último.

Após o incêndio, a antiga fábrica recebeu reparos emergenciais em sua estrutura, em 2007, ocasião em que foi realizada uma limpeza geral, reforço para a melhoria da cobertura, e estruturação das paredes (COSTA, A., 2010). A ação contou com o apoio do Governo do Estado do Piauí, e foi executada pela Secretária Estadual de Infraestrutura (SEINFRA) e pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), hoje denominada Secretária de Estado da Cultura (SECULT). Atualmente o imóvel (Figura 4) é propriedade do poder público municipal e se encontra abandonado, em acentuado estado de degradação, apresentando diversos danos em sua estrutura (CARDOSO, 2019), que se acumularam ao logo dos anos e vêm se agravando em decorrência de diversos fatores, sendo um dos principais a ação depredatória humana.

Figura 4. Fábrica de Manteiga e Queijo atualmente.

Fonte: Luis Carlos D. Cavalcante, 2021..



Desde 2012, está em andamento uma proposta de restauro da edificação e, recentemente, foi firmada uma nova parceria entre a SECULT e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a execução do projeto. O objetivo da proposta de intervenção é revitalizar a edificação para o fomento da cultura do município e da região (REIS, 2007), transformando-a em um centro cultural que abrigará atividades diversas e uma exposição permanente com artefatos remanescentes, a qual deverá contar a história do período em que o prédio funcionava como fábrica de laticínios. A comunidade campinense há muitos anos anseia por um novo destino para o monumento, que inegavelmente contribuiu para o surgimento da própria cidade e tem grande significado na vida dos habitantes locais.

Com o fim do funcionamento da Fábrica de Manteiga e Queijo, o povoado Campos praticamente parou no tempo. O que se pôde observar, a partir de vários relatos, é que a comunidade, atualmente, sente-se excluída e sofre com o descaso governamental, principalmente por Campinas do Piauí estar distante de Teresina, capital do Estado. O tombamento federal da antiga fábrica é entendido pelos campinenses como uma possível forma de inserção de seu patrimônio e do município em âmbito nacional (REIS, 2007), o que resultaria, presumidamente, em maior atenção do poder público quanto à relevância da fábrica e à necessidade de restaurá-la, abrindo possibilidades de revitalização do edifício e trazendo benefícios para os habitantes locais e, por extensão, para os brasileiros em geral, posto que poderia se tornar, por sua importância, um atrativo turístico.

O pedido insistente pelo tombamento da Fábrica de Manteiga e Queijo já era formulado desde há muito tempo. No ano de 1977, o chefe da Procuradoria do Estado do Piauí, Sr. José Eduardo Pereira, já solicitava informações ao IPHAN para que pudesse encaminhar o pedido de tombamento em nível federal, seguindo as exigências necessárias. O referido pedido gerou um processo que possivelmente foi arquivado, devido a um erro na digitação do banco de dados, onde Campinas do Piauí foi confundida com a cidade paulista também denominada Campinas, impedindo que o processo tivesse continuidade (IPHAN, 2008).

Apesar desse episódio, a fábrica permaneceu nos noticiários piauienses e o desejo do reconhecimento era frequentemente revigorado. Finalmente, a edificação foi tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico Estadual através do Decreto Estadual nº 7.298, de 26 de janeiro de 1988 (PIAUI, 1988). No dia 15 de abril de 1997, quando a Fábrica de Manteiga e Queijo completava 100 anos de inaugurada, e, coincidentemente, a cidade de Campinas do Piauí completava seu 34º aniversário de emancipação política, a comunidade fez uma manifestação em frente à edificação, com faixas, cartazes e discursos, reafirmando o pedido de restauração ao governador do Piauí, Osmar Araújo, em exercício na época (REIS, 2007).

No ano 2000, a Sra. Maria do Socorro Alves Moura, à época secretária municipal de educação de Campinas do Piauí, educadora e maior entusiasta da proteção e conservação do bem cultural em apreço e do patrimônio cultural local como um todo, envia um ofício ao presidente do IPHAN, reivindicando novamente o tombamento da antiga fábrica. A este documento foi anexado um abaixo-assinado firmado por 334 campinenses, onde se pede “por tudo o quanto é sagrado” que se dê a devida atenção àquele monumento (IPHAN, 2008, p. 68). Somente em 2006, dois meses após a retomada dos esforços para fundamentar a proposta de tombamento da Fábrica de Manteiga e Queijo e do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, por parte do IPHAN, a Fundação Nogueira Tapety (FNT) lançou uma campanha em defesa do restauro da antiga fábrica. O eixo principal da campanha logo foi modificado, transformando-se em uma luta pelo tombamento em nível federal, como estratégia também para a obtenção do almejado restauro.

Além da vontade pública dos próprios moradores da comunidade campinense, a campanha contou ainda com uma forte ação de políticos de influência regional. Finalmente, em 3 de setembro de 2014, foi aprovado pelo IPHAN o tombamento da Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí, em Campinas do Piauí, conjuntamente com o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, em Floriano. De acordo com o IPHAN (2008), as duas edificações, além de sua importância arquitetônica, visavam, em contradição com as políticas estatais existentes na época, a racionalização e a forma de lidar com o imenso território piauiense, configurando-se, na realidade, como dois grandes projetos de desenvolvimento, que tinham como um dos aspectos mais interessantes a utilização da mão de obra recém-liberta da escravidão. Esses projetos foram, assim, testemunhos da formação do Piauí, estando relacionados aos processos de ocupação do território das Fazendas Nacionais desse Estado (IPHAN, 2014).

É importante considerar, ainda, que o conjunto de residências que formava a vila operária continua existindo, mas encontra-se totalmente descaracterizado. De acordo com o IPHAN (2008), esse conjunto corresponde ao núcleo inicial da cidade e é composto por 63 casas, distribuídas em 13 quadras. A principal alteração nas residências foi o fechamento da varanda com paredes, sendo esse espaço anexado ao corpo da casa. A vila operária é parte de uma paisagem construída nas proximidades da fábrica, tendo sido incluída no perímetro de tombamento.

Foi um longo período de tentativas para que o reconhecimento e o tombamento nacional da fábrica viessem. De fato, isso trouxe um certo conforto frente ao medo de ver a edificação perecer e de se perder o que, para muitos, é parte de sua identidade e da história da pequena cidade. Contudo, a proposta de restauro ainda se mantém pendente. O que fica claro é que a necessidade de apropriação, manifestada pela própria comunidade, vai além de se tirar o seu patrimônio do abandono, pois existe a intenção deste ser visto e “ouvido”, já que a fábrica “se confunde com as trajetórias de vida desses sujeitos” (FERREIRA, 2004, p. 9). O restauro daria uma nova vida à antiga fábrica e, conseqüentemente, propiciaria novas vivências e ressignificações. A fábrica, ao longo do tempo, tem estado envolta em um emaranhado de experiências, histórias e memórias. Isso acaba por despertar uma nostalgia e a certeza de que, se a edificação estiver “viva outra vez”, a realidade local voltará aos tempos de abundância.

O restauro, sem dúvidas, é um passo importante para o processo de revitalização da edificação. Porém, é necessário que esse processo não deixe para trás o que esse superartefato industrial representou e ainda representa nos dias atuais: a vida cotidiana de pessoas, de ritmos modulados pela fábrica, quando em pleno funcionamento; do trabalho em si; das apropriações estabelecidas no decorrer dos anos. Nas palavras de Ferreira (2004, p. 11), “nenhum projeto de restauração ou nenhum projeto museológico pode ter repercussão se não integrar suas comunidades, pois patrimônio deve se conjugar com memória, e essa é a matéria da vida”.

A antiga Fábrica de Manteiga e Queijo é a referência maior de Campinas do Piauí e dos indivíduos que vivem ali. O edifício é testemunha e partícipe das transformações ocorridas ao longo do tempo naquele espaço, como integrante de uma determinada realidade. Faz parte tanto do passado quanto do presente da comunidade campinense, como memória de algo que foi o início daquele pequeno recanto no sertão piauiense.

A FÁBRICA NO PRESENTE: MEMÓRIAS, NARRATIVAS, VIVÊNCIAS E AFETOS

No mundo contemporâneo, onde as mudanças são urgentes e intensas, a memória e o esquecimento andam de mãos dadas, havendo, assim, uma crescente valorização, principalmente, da memória coletiva, em grupos, dentro dos quais os membros mantêm os laços e atribuem diversos sentidos e significados que lhes são particulares. São essas relações, afetos e memórias, pensadas por uma coletividade, que constroem a identidade de um grupo.

Halbwachs (1990) aponta que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que acaba por reter o passado que ainda está vivo, ou que é capaz de permanecer vivo na consciência de um determinado grupo, e se confina aos seus limites.

“O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005, p. 17). A memória é uma construção, onde podemos articular o afeto e a representação como integrantes de um mesmo processo (GONDAR, 2005), sendo as representações inventadas e valorizadas por nós. Para Fentress e Wickham (1992), a memória é um fato social, contudo, um tipo especial de fato social, uma vez que só em parte é social. A maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a forma como definimos as nossas identidades pessoais e coletivas através das nossas memórias, até mesmo a maneira como transmitimos essas memórias a outros, “é o estudo da maneira como somos” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20).

Em princípio, podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência coletiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de *nós* considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de *eles* considerarem verdadeiras as suas memórias. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 41-42).

No caso do objeto de estudo apresentado neste artigo, temos um emaranhado de memórias individuais e coletivas que estão diretamente ligadas à antiga fábrica. Sendo esta um patrimônio que é a representação do capitalismo em uma área longínqua – um monumento, consequência da expansão do mundo moderno –, invoca, além de um período próspero que já se foi, as lembranças ali construídas (vivas ainda no presente), sendo testemunho do surgimento do povoado Campos e de suas vivências cotidianas, possuindo uma relação com a memória social, a qual legitima a identidade de um grupo (MARTINS, 2011 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 4).

Para Zarankin e Salerno (2012), a materialidade das coisas pode despertar, reforçar ou até mesmo construir memórias em diferentes circunstâncias. As coisas e os lugares nos conectam com o passado de diversas formas. À medida em que a nossa existência “é inseparável da materialidade do mundo, a memória é inseparável das coisas que nos rodeiam” (ZARANKIN; SALERNO, 2012, p. 145-146). Assim, o estudo da materialidade nunca poderá ocorrer por si próprio ou em contextos desvinculados das tramas e relações sociais e humanas, em razão da cultura material ser a marca identitária de uma circunstância cultural específica, na qual os objetos produzidos adquiriram uma dimensão intensa e ideológica.

Atualmente, os debates desenvolvidos na Arqueologia têm tentado destacar a influência da cultura material na sociedade e a construção da relação entre sujeito e artefato. Seguindo essa linha de pensamento, podemos entender que as edificações são, portanto, produto e, ao mesmo tempo, produtoras de relações sociais (NAJJAR, 2002, p. 11). Isto é, são produtos culturais carregados de significados e intencionalidades, uma vez que tais aspectos devem ser situados contextualmente, de acordo com as práticas e usos que lhes eram atribuídos.

A antiga Fábrica de Manteiga e Queijo está presente no cotidiano e nos relatos da comunidade campinense. Os acontecimentos e experiências pessoais de cada indivíduo, principalmente ao longo das ocupações subsequentes, colaboram com a construção do afeto e a ressignificação do espaço. As histórias dos moradores contam a história do lugar, sendo que “a apropriação simbólica do espaço, acumulada de sentimentos e pertinência, o particulariza e o transforma de fato em lugar” (ANDRADE, 2008, p. 570).

Como vimos na seção anterior, uma edificação foi construída para abrigar uma fábrica de laticínios em moldes europeus e, após 50 anos de funcionamento, encerrou suas atividades. Ao longo dos anos seguintes, a edificação foi de grande importância para atender às mais diversas necessidades de um povoado que buscava sua emancipação política, mas que não dispunha de espaços coletivos para atividades administrativas ou outras, como as de ensino e religiosas, por exemplo.

A história oral foi utilizada como estratégia de pesquisa para entender as reapropriações da antiga Fábrica de Manteiga e Queijo ao longo do tempo. Os relatos orais, que aqui vamos chamar de “conversas”, foram de extrema importância para a obtenção de informações e trocas de conhecimento e, principalmente, para conseguir um maior envolvimento com a comunidade. Durante as conversas, foram realizadas algumas perguntas, mas sempre deixando o entrevistado à vontade para que pudesse expressar sua opinião – o que, em vários momentos, nos levava a outros assuntos, que também eram de nosso interesse. A maioria dos entrevistados era de pessoas idosas.

Deve-se ressaltar que a história oral, enquanto fonte de informação, possibilita obter informações que estão relacionadas a acontecimentos dos quais o informante participou pessoalmente, seja enquanto protagonista ou espectador; ao passo que a tradição oral se refere a uma estória ou história repassada de geração em geração, dentro de um mesmo grupo. Em alguns casos, o entrevistado não presenciou o acontecimento, mas possui a informação adquirida por meio da memória social (COSTA, D., 2014). No caso do sítio arqueológico apresentado neste artigo, a Fábrica de Manteiga e Queijo, os relatos estão constituídos pela tradição oral, ao mesmo tempo em que estão relacionados às histórias orais de cada narrador entrevistado.

Uma das mais importantes apropriações da edificação foi seu uso como escola. Inicialmente, é válido ressaltar que, no período de estiagem, no qual a fábrica parava de funcionar, os operários buscavam outros empregos, ou utilizavam esse tempo para estudar. Na década de 1930, foram construídas casas de palha, nos arredores da fábrica, que funcionavam como escola no período chuvoso. Segundo o senhor José Belém de Sousa, em depoimento concedido em 2012 (MOURA, 2013), a edificação fabril abrigava os alunos apenas no período da seca, que era considerado o período de férias pelos operários. Por falta de outro espaço adequado no povoado Campos, duas salas do piso superior da própria fábrica eram destinadas ao funcionamento da escola.

Como é sabido, a escola é um ambiente de educação, formação e disciplina e, portanto, é uma instituição que podemos entender enquanto “um dispositivo com uma organização particular do tempo, do espaço e das pessoas dentro dela” (ZARANKIN, 2001, p. 72). Sendo assim, pode-se entender o uso das salas da Fábrica de Manteiga e Queijo como escola o equivalente a uma “reinvenção cotidiana” (ZARANKIN, 2001, p. 138), na qual os cômodos do prédio foram adaptados para um uso totalmente novo.

A senhora Antônia de Deus Rêgo, em depoimento concedido em 2019 (ALMEIDA, 2022), conta que chegou no povoado Campos por volta de 1953, em um período em que a fábrica estava funcionando como escola. Nessa época, apenas uma sala era utilizada para as aulas, onde os alunos ficavam todos juntos, e, no cômodo ao lado, funcionava a Coletoria da Fazenda. Quando o ensino fundamental era concluído, os estudantes precisavam ir para Oeiras ou Simplício Mendes, municípios próximos, para cursar o ensino médio.

Em depoimento concedido em 2019, a senhora Socorro Alves Moura (ALMEIDA, 2022), neta de um ex-operário, lembra-se com saudades dos momentos que vivenciou na antiga fábrica. Ela relata que estudou na edificação de 1948 a 1950 e, logo depois, foi concluir seus estudos em Oeiras (Piauí) e Petrolina (Pernambuco). Em entrevista concedida em 2012, a senhora Socorro Alves Moura, comenta que no ano de 1960, começou a lecionar na antiga fábrica, conforme relata:

Estudei aqui na fábrica. Vínhamos montada em jumento, cavalo ou burros. Da Várzea do Padre pra fábrica são seis quilômetros. Estudávamos aqui com as professoras de Simplício Mendes. Uma delas era dona Zizi Fialho e a outra era dona Noemi Moura Fé. Aprendi muito. Aprendia um monte de coisa boa, leituras que gravávamos tudo, e ainda ensinava nos sábados um pouco de bordado. Estudei e lecionei na fábrica. (MOURA, 2013, p. 72).

Os momentos de vida marcantes voltam à tona a partir da memória resgatada. Ao contar sobre sua história e sua relação com a antiga fábrica, em depoimento concedido em 2019, dona Socorro Moura (ALMEIDA, 2022) lembra de fatos que foram repassados para ela por seus avós e pais, ao mesmo tempo em que os interliga com os momentos que vivenciou. Ela relata emocionada:

[...] foi em 1948 que ela deixou de fabricar manteiga. Ai como o prédio era bonito [...], era a única coisa de valor que tinha aqui. [...] Então era ela tudo! Ela funcionou como barracão de palha, que lá ficava um escritório lá; escola,

Escola Isolada de Campos, era o nome dela. Pra ver o atraso era tão grande [...]. Minha nomeação em 1960 na Secretária de Educação é: “Socorro Alves, professora da Escola Isolada de Campos”. (ALMEIDA, 2022, p. 116).

É importante destacar que a escola não era uma iniciativa da fábrica, mas, sim, do Estado. Não havia fardamento, nem separação por séries. O sistema de ensino utilizado era o multisseriado, onde o professor trabalhava com várias séries do ensino fundamental simultaneamente. Alunos com idades e níveis diferentes de conhecimento eram acomodados na mesma sala. Somente por volta de 1979, a Unidade Escolar Dr. José de Moura Fé foi construída por iniciativa do Governo do Estado, anos após a emancipação política de Campinas do Piauí (RIBEIRO, 2013). Esta escola continua sendo até os dias atuais o mais importante centro de ensino, considerada a segunda escola da cidade, sendo a antiga fábrica a primeira.

Ascinete Santana (ALMEIDA, 2022), uma de nossas depoentes, relatou em 2019 que, durante o período em que a edificação funcionou como escola, ainda existiam muitas latas de flandre, que serviam como embalagem da manteiga, guardadas no porão. A partir daí, as latas já ganharam um novo uso, sendo utilizadas como recipiente para servir leite aos estudantes – inclusive, “as crianças brincavam com as latinhas”, devido à abundância desses vasilhames. Hoje, as poucas existentes (Figura 5) são guardadas com muito zelo e afeto por alguns moradores, como “lembrança” que evoca memórias sobre o tempo de funcionamento da fábrica e suas subseqüentes ocupações.

Figura 5. Embalagem da manteiga da Fábrica de Manteiga e Queijo.

Fonte: Acervo: IPHAN.



Para Bezerra (2017), os objetos (artefatos) possuem uma potente carga simbólica, sendo hoje um caminho fértil para a compreensão das relações cotidianas entre as pessoas e a materialidade estudada por nós, arqueólogos. A autora destaca ainda os outros papéis que os objetos assumem, principalmente aqueles que, muitas vezes, evitamos tratar como legítimos, seja porque não consideramos importantes, ou porque só vemos neles a “aura arqueológica” que interdita os outros sentidos e significados, além dos autorizados por nós. Deste modo, as latas de manteiga, que são guardadas com tanto zelo pelos indivíduos que as possuem ainda hoje, tornam-se parte de uma herança e agem como objetos biográficos, evocando memórias (BEZERRA, 2017) da comunidade campinense. O artefato em questão ganhou novo uso e sentido, de acordo com a época e as vivências de cada indivíduo.

Observar a relação dos sujeitos que possuem uma ligação direta com a fábrica, facilmente detectável e por eles mesmos exibida nos acervos pessoais, compostos por fotografias antigas, recortes de jornais locais, documentos (como abaixo-assinados),

as embalagens da manteiga, e os próprios relatos, tecidos a partir das recordações pessoais e repassadas por outros, ajuda-nos a construir uma narrativa, onde não só a fábrica é protagonista, mas a comunidade também. Deste modo, a antiga Fábrica de Manteiga e Queijo acaba por ser um marco entre dois momentos: o antes, correspondendo ao período em que estava em atividade e iniciou o desenvolvimento da região, e o depois, que se configura como o hoje, “que a todo momento traz o passado e contextualiza o presente” (ACHA, 2018, p. 72). Em ambos os momentos, é vista como uma esperança de mudança, sobretudo para a situação atual de Campinas do Piauí.

Mesmo os indivíduos que não viveram no ambiente fabril ou acompanharam de perto o período de funcionamento do empreendimento fazem relatos com propriedade, por ser uma memória repassada ao longo dos anos através de parentes ou ex-operários, ou até mesmo por terem estudado ou lecionado na edificação, quando a mesma funcionou como escola; por terem frequentado festas, no tempo em que a edificação funcionou como clube; por terem casado e batizado seus filhos naquele lugar, quando serviu como espaço para a realização de cerimônias religiosas; ou simplesmente por terem brincado ali e em seus arredores, na infância.

A lembrança é um processo construtivo e criativo, que não obedece ao tempo linear e é também dinâmica, no sentido de que se faz a cada momento na relação com o presente, com as conexões que construímos com as coisas e com outras pessoas (VALE, 2015). Podemos compreender a Fábrica de Manteiga e Queijo, na perspectiva sugerida por Paula e Herédia (2018), como uma memória viva, que só existe em função de um grupo social que a alimenta, e, na condição de memória viva, reforça os traços identitários do lugar e sua singularidade, testemunho que alimenta recordações, sensações e afetos (ANDRADE, 2008), o que nos diz muito sobre o passado de cada um e suas vivências.

Embora os depoimentos coletados sejam recentes (2014 e 2019), os moradores se referem tanto ao momento em que a edificação funcionou como Fábrica de Manteiga e Queijo, quanto às subsequentes ocupações e apropriações ao longo dos anos, enfatizando estas últimas. O ontem e o hoje são totalmente envolvidos nas narrativas.

As histórias contadas e recontadas de tempos em tempos sobre a antiga Fábrica de Manteiga e Queijo são repassadas e alimentam a construção das memórias, muitas dessas sedimentadas na saudade (ANDRADE, 2008), de que estão impregnadas, reafirmando a identidade dos indivíduos que possuem laços estreitos com o lugar.

Após integrantes do grupo Rede Pense Piauí⁴ terem visitado, em janeiro de 2019, a antiga Fábrica de Manteiga e Queijo, um documento intitulado *Carta de Campinas do Piauí* foi elaborado e encaminhado a vários órgãos e instituições, em busca de apoio dos Poderes Públicos e da sociedade civil para a restauração urgente da edificação. Na carta, a fábrica é mencionada como “um relevante marco no processo de modernização e industrialização local e regional”, e ainda se ressalta que:

deve-se aferir a importância que a comunidade atribui ao mesmo [patrimônio], sendo que para o campinense [...], muito mais que o Cristo Redentor, a aludida fábrica lhes garante [aos campinenses] o sentimento de brasilidade. Considerando que o valor cultural não deverá ser avaliado apenas por critérios técnicos, pois pressupõe um diálogo com a coletividade. (REIS, 2019, p. 1).

⁴ Grupo composto por profissionais de diversas áreas de estudo que objetiva discutir políticas de proteção e conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural do Piauí. Em ação recente, realizada em janeiro de 2019, a Expedição Sertão Colonial, organizada pela Rede Pense Piauí, visitou cinco cidades piauienses, entre as quais Campinas do Piauí.

Boa parte da população campinense se identifica com a antiga fábrica, a qual, em muitas falas, é destituída de “características como um lugar de trabalho e sofrimento” (FERREIRA, 2013, p. 72), uma vez que opera no presente enquanto lugar de memória, pela perspectiva abordada por Pierre Nora (1984, p. 13), em que esses lugares são considerados “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidades”. A fábrica gera uma nostalgia, por tudo o que ela foi, pelo que ela poderia ter sido, e como isso afetaria diretamente o desenvolvimento local, mas, principalmente, pelas atividades que a edificação abrigou em um passado ainda recente e que estão diretamente ligadas a acontecimentos importantes na vida pessoal de alguns moradores, como o casamento e o batizado dos filhos, por exemplo. Nos relatos que ouvimos, fica claro que a forma como essa memória é construída atualmente tem um significado mais afetivo, estando ela muito mais relacionada com as apropriações recentes do espaço do que com o empreendimento fabril propriamente dito.

Um fato interessante a ser evidenciado é que, ao longo das visitas a Campinas do Piauí, observamos a falta de documentação que contenha dados aprofundados sobre o funcionamento da fábrica e suas posteriores ocupações. Durante as conversas com os moradores locais e, principalmente, no decorrer do processo de transcrição dos relatos, percebemos que as ocupações, que até então pareciam distintas para nós, ocorreram, em alguns momentos, simultaneamente, não existindo uma precisão cronológica. Por essa razão, os relatos orais são de suma importância para a obtenção de informações e trocas de conhecimento, uma vez que nos utilizamos da “história comum que as pessoas carregam consigo” (ORSER JR., 1992), para compreender este superartefato que foi ocupado também em tempos recentes. Disto resta a compreensão de que, neste tipo de abordagem investigativa, a interação dos pesquisadores com a comunidade é um aspecto fundamental.

Durante as conversas, percebemos o valor, o sentimento e os significados depositados nas narrativas. Em vários momentos, algumas falas e expressões coincidem, evidenciando como a vida de muitos moradores de Campinas do Piauí está relacionada à Fábrica:

Com fé em Deus, antes de morrer eu vejo essa fábrica reformada. (Maria José, depoimento em 14/09/2019 (ALMEIDA, 2022, p. 93)).

Meu sonho e da minha esposa é ver a fábrica reformada. Minha esposa faleceu sem ver isso [...]. Esse local é a história da cidade. [...] Aquela fábrica tá abandonada, mas eu achava que devia restaurar. Lá tem cômodo pra funcionar muita coisa. (Valdemar Santana, depoimento em 15/09/2019 (ALMEIDA, 2022, p. 93)).

[...] o apito da fábrica era bonito. [...] aí ela soltando aquele fumação. [...] Eu tinha 6, 7 anos. [...] Antes de morrer eu queria ver alguma coisa na fábrica. Um museu, um artesanato [...]. (Francisco Borges de Brito, depoimento em 16/09/2019 (ALMEIDA, 2022, p. 93; 133)).

Ouvir os relatos de alguns campinenses nos fez sentir mais próximos de suas vivências, dos laços e afetos criados, e nos ajudou a ter uma compreensão de suas relações pessoais com a edificação. Os vários olhares sobre um mesmo espaço geram a diversidade fundamental para seu enriquecimento cultural (ANDRADE, 2008). A fábrica é incorporada na vida dessas pessoas e da cidade de Campinas do Piauí, e, com isso, é tornada “familiar por meio de narrativas” (BEZERRA, 2017, p. 45). Porém, é perceptível que as pessoas não lembram totalmente como foi o passado. Utilizando a perspectiva de Orser Jr. (1992), acreditamos que

Além de serem nostálgicas sobre os “bons velhos tempos” de outrora, as pessoas, algumas vezes, não respeitam padrões cronológicos precisos e esquecem a sequência exata de acontecimentos, juntando-os ou comprimindo o tempo histórico e lembrando dois fatos como se fossem mais próximos no tempo do que na verdade foram. (ORSER JR., 1992, p. 48).

Constatamos que a edificação da antiga Fábrica de Manteiga e Queijo pode ser tida como uma “ruína moderna” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014), enquanto espaço de socialização e sociabilidade, construtor de relações sociais, que está repleta de memórias involuntárias, que se confundem com acontecimentos da cidade.

Ressaltamos ainda que as diferentes formas de apropriação do espaço decorreram de necessidades específicas, já que não existiam, no lugar, prédios destinados a abrigar escola ou igreja, por exemplo. Os vínculos afetivos com a edificação nasceram a partir da sociabilidade criada nesse espaço em diferentes momentos, tendo sido inicialmente um espaço de trabalho, mas, em outros momentos, também espaço de habitação, espaço de educação, espaço de celebração, e, praticamente em todas as apropriações, foi compartilhado por uma coletividade, o que acaba por despertar um sentimento de identificação e apropriação daquele bem, que ganha novos sentidos. Desta forma, entendemos a edificação que abrigou a fábrica não apenas como ambiente de trabalho, mas como um superartefato que está associado às trajetórias individuais de cada sujeito.

Em relação às fábricas, Thiesen (2005, p. 48) coloca que foi nesse espaço onde se criou e afirmou a cultura capitalista moderna. Sendo assim, falar sobre as formas assumidas por esse ambiente, seus espaços, sua organização e sua materialidade, não é falar apenas sobre soluções funcionais e práticas, mas é falar também sobre questões simbólicas e sobre os princípios subjacentes à nova ordem instaurada: “a fábrica também é um discurso” (THIESEN, 2005, p. 48).

Sobre o objeto de estudo ora tratado, observa-se que é na oralidade que ficam evidentes a representatividade, os significados e os aspectos simbólicos que ultrapassam as paredes da Fábrica de Manteiga e Queijo. Apesar da comunidade se referir à história da fábrica, ao que a sua instalação promoveu na região, às histórias que foram transmitidas ou vividas no período de funcionamento do empreendimento, as reapropriações do espaço sempre têm mais ênfase entre os moradores, tendo em vista que a maioria dos entrevistados estudou, casou e/ou batizou os filhos no prédio – memórias que acabam por despertar ainda mais um sentimento de identificação e pertencimento àquele lugar, o qual ganha novos sentidos nesse passado recente. A memória operária não deixou de existir, porém, as memórias do cotidiano das demais ocupações são bem mais fortes e presentes nos relatos, o que evoca um passado ainda vivo na consciência do grupo (HALBWACHS, 1990). Ainda com base nas ideias de Halbwachs, podemos entender, no trecho a seguir, a importância de um espaço para a memória coletiva:

[...] Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Falar sobre a antiga Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí enquanto artefato persistente na memória, é falar sobre afetividade, pertencimento, sentimentos e alma. É falar sobre uma memória ou memórias que estão estratificadas no lugar (ANDRADE, 2008) e que reforçam a singularidade e a identidade local. As memórias criadas e guardadas são constituídas coletivamente, transcendendo os próprios indivíduos, sendo a antiga fábrica o elo que os une ao passado e ao presente.

De acordo com Shanks e Tilley (1987, p. 7), é preciso enfatizar e entender a arqueologia como experiência no presente, como prática social que não pode escapar do presente. Observamos, assim, que a fábrica continua a estabelecer vínculos com os moradores de

Campinas do Piauí, uma vez que as memórias e narrativas existentes são transmitidas, contribuindo para dar sentido ao lugar, como também acaba por intervir nas estruturas sociais e nos processos individuais e coletivos que se construíram e se constroem a partir desta materialidade, significada e ressignificada com as experiências pessoais dos moradores. Assim, a comunidade campinense tem papel fundamental, tendo em vista que é ela própria repositório de uma “lembrança ativa compartilhada” (FERREIRA, 2009, p. 192), representante e testemunha, de forma quase inconsciente (em alguns momentos), e que, ano após ano, conta suas histórias e sua história, na tentativa de que esta seja vista e entendida. A memória, esse patrimônio intangível da comunidade, é constantemente atualizada e repassada, estando sempre em transformação.

Assim como a antiga Fábrica de Manteiga e Queijo, adormecida no interior do Piauí, cada sítio arqueológico tem sua história e histórias que se interligam e possuem significados múltiplos para grupos específicos. Nosso papel, enquanto arqueólogos, é evidenciar e interpretar o passado, a partir da cultura material identificada, assumindo um compromisso social, enxergando e externando as relações construídas entre comunidade e artefato. Acreditamos ser esta a construção da Arqueologia do hoje.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA

A construção deste trabalho se deu a partir do levantamento de dados em fontes documentais no Arquivo Público do Piauí, na Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (em Teresina/PI), na Biblioteca Nacional (no Rio de Janeiro/RJ), na Biblioteca Central da Universidade Federal do Piauí (UFPI), além da busca de dados em dissertações de mestrado, teses de doutorado e em periódicos especializados disponíveis na Internet.

A coleta de dados propriamente na Fábrica de Manteiga e Queijo foi realizada em quatro expedições ao município de Campinas do Piauí, empreendidas nos meses de dezembro de 2014, setembro de 2019, novembro de 2019 e agosto de 2021. No campo, foi feita a inspeção detalhada, interna e externa, da estrutura arquitetônica da fábrica, procurando acessar todos os cômodos da edificação e examinando detalhes estruturais da construção e o estado de conservação do prédio. Uma prospecção de terreno foi efetuada nos arredores da edificação, procurando alcançar as casas da administração e as demais moradias da vila operária. A etapa de prospecção também abarcou a represa Socotó, existente nas proximidades da fábrica, além do córrego por onde escorria o leite descartado durante o processo de industrialização.

Um registro fotográfico rigoroso foi realizado em todas as expedições a Campinas do Piauí, no qual se procurou registrar não somente a Fábrica de Manteiga e Queijo, mas também as construções a ela relacionadas, a represa Socotó, o córrego do entorno, além da própria paisagem urbana na qual as edificações estão inseridas.

Procurou-se acessar a história oral relativa à fábrica e às relações com ela estabelecidas por meio da interação com membros da comunidade campinense. Essa etapa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, nas quais buscou-se estabelecer a liberdade dos falantes, de modo que eles pudessem se expressar sem interrupções sobre os mais diversos assuntos. A coleta de dados foi feita por meio de anotações, mas, sobretudo, gravando as conversas com o uso de celulares.

AGRADECIMENTOS

Os autores são gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida a Caroline C. Almeida (Código de Financiamento 001), assim como aos moradores de Campinas do Piauí por nos receberem gentilmente em sua cidade e colaborarem com este trabalho, nos contando suas histórias e compartilhando as memórias de suas vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A FÁBRICA de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí: uma história contada pelos seus trabalhadores. Direção: Max William; Ricardo Augusto; Roberto Sabóia. Produção: IPHAN-PI; Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas no Piauí. Teresina: IPHAN-PI, 2007. 1 DVD (16 min).
- ACHA, Milena. Os processos da paisagem pastoril: caracterizando lugar e movimento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 13, n. 1, p. 69-87, 2018.
- ALMANAK Laemmert: almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1907. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1907. ano 64, p. 2065-2077.
- ALMANAK Laemmert: annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1910. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1910. 19 p.
- ALMEIDA, Caroline C. *Sobre o material e o intangível: a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.
- ALMEIDA, Caroline C. *Do rastro do leite ao silêncio do apito: a fábrica de laticínios de Campinas do Piauí, PI*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- ALMEIDA, Caroline C.; MAGALHÃES, Sônia M. C. Do rastro do leite ao silêncio do apito: a Fábrica de Laticínios de Campinas do Piauí, PI. In: CAVALCANTE, Francisca V. *et al.* (org.). *Religiões, ritos e patrimônios culturais*. Teresina: Cancioneiro; EDUFPI, 2021. p. 301-314.
- ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 6, n. 3, p. 569-590, 2008.
- ANDRÈS, Luiz P. de C. C. *Processo de Tombamento nº 1.561-T-08*. Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no município de Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, no município de Floriano, ambos no Estado do Piauí. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_Estabelecimento_das_Fazendas_Nacionais_do_Piaui.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.
- BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNoronha, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 5.392, de 10 de setembro de 1873. Autoriza a celebração do contracto proposto por Francisco Parentes para a fundação de um estabelecimento rural na Provincia do Piauí, compreendendo as fazendas nacionaes denominadas – Guaribas, Serrinhas, Matos, Algodões, e Olho d'Água –, pertencentes ao departamento de Nazareth. *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1873*, v. 1, t. 36, parte II, p. 708-714, 1874.
- BUCHANAN, R. Angus. History and heritage: the development of industrial archaeology in Britain. *The Public Historian*, v. 11, n. 1, p. 5-16, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3378474>. Acesso em: 10 maio 2021.
- CARDOSO, André F. S. *Viver, transformar e criar a partir do sertão: Centro de Educação em Agroecologia e Agricultura Familiar de Campinas do Piauí*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Uninovafapi, Teresina, 2019.
- CARVALHO, Maria do A. A. de. *Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CERDÀ, Manuel. *Arqueología Industrial: teoría y práctica*. Valencia (ES): PUV, 2008.
- CLAUDINO, João V. *Fábrica dos sonhos*. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

- COPÉ, Silvia M.; ROSA, Carolina A. D. A arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. In: PINTO, Célie R. J.; GUAZZELLI, Cesar A. B. (org.). *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. P. 97-124.
- COSTA, Alcília A. de A. O processo de preservação da Fábrica de Laticínios das Fazendas Nacionais em Campinas do Piauí. *Labor e Engenho*, v. 4, n. 4, p. 78-92, 2010.
- COSTA, Diogo M. Lembrando e esquecendo as Lavras do Abade: memórias de um sítio arqueológico histórico. *Teoria e Sociedade*, p. 285-306, 2014. Número especial.
- DECCA, Edgar S. de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DIAS, João C. *As raízes leiteiras do Brasil*. São Paulo: Barleus, 2012.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.
- FERREIRA, Maria L. M. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 39, p. 69-98, 2013.
- FERREIRA, Maria L. M. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. *História em Revista*, v. 10, p. 29-39, 2004.
- FERREIRA, Maria L. M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 1, p. 22-35, 2009.
- FUNARI, Pedro P. A. Teorias e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 6, n. 13, p. 1-5, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/267> Acesso em: 17 ago. 2022.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Returning to where we have never been: excavating the ruins of modernity. In: OLSEN, Bjørnar; PÉTURSDÓTTIR, Þóra (ed.). *Ruin memories: materialities, aesthetics and the archaeology of the recent past*. Abingdon (UK): Routledge, 2014. p. 367-389.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aprovado tombamento de imóveis rurais no Piauí. *ASCOM-IPHAN*, Brasília, DF, 15 maio 2014. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=A83157C9B05533DFFEB9CF1EE7F9F69E?id=18442&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia.detalheNoticia> Acesso em: 2 maio 2021.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Piauí. *Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: a ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX*. Teresina: IPHAN, 2008. (Dossiê de Tombamento, v. 1.)
- LIMA, Solimar O. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- LIMA, Tania A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.
- LIMA, Tania A. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix A. (ed.). *Sed non satiata. teoría social en la Arqueología Latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires (AR): Tridente, 1999. p. 189-238.
- MAURY, Adriano (ed.). *ALMANAK Laemmert: anuario administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1908*. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1908. Ano 65, p. 610-625.
- MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

- MENDES, José M. A. A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural. *Revista Portuguesa de História*, t 26, p. 111-124, 1991.
- MOURA, Joyce N. *Sociabilidade e interação entre operários da Fábrica de Laticínios de Manteiga Puro Leite, em Campinas Piauí: retratos de uma época de 1897 a 1947*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2013.
- NAJJAR, Rosana. *Arqueologia histórica: manual*. Brasília, DF: IPHAN, 2002.
- NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. 17-42.
- OLIVEIRA, Eduardo R. Arqueologia industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. In: FUNARI, Pedro P. A.; CAMPOS, Juliano B.; RODRIGUES, Marian H. da S. G. (org.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais*. Criciúma: Unesc, 2015. p. 197-225.
- ORSER JR., Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Tradução: Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. London (UK): Routledge, 1998.
- PAULA, Angela T. dede; HERÉDIA, Vania B. M. A “turistificação” de um lugar de memória é possível? Um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Rio de Janeiro, Brasil). *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, v. 8, n. 1, p. 8-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3193.3193> Acesso em: 17/17 ago. 2022.
- REIS, Carlos R. C. Carta de Campinas do Piauí. Campinas do Piauí: [s. n.], 2019.
- REIS, Carlos R. C. Proposta de tombamento formal da Fábrica de Laticínios dos Campos. In: CLAUDINO, João Vicente. *Fábrica dos Sonhos*. Brasília, DF: Senado Federal, 2007. p. 30-35.
- RIBEIRO, João B. P. *Das Fazendas Nacionais de gado à Campinas do Piauí: um olhar histórico sobre a formação da cidade (1960-1970)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2013.
- RIBEIRO, João B. P. Entre memórias e narrativas: a classe operária da Fábrica de Laticínios dos Campos. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, v. 3, n. 4, p. 30-40, 2017.
- ROCHA, Odeth V. da. *Maranduba: memória do nordeste contada de viva voz: de mãe para filho, de avó para neto, para que não se percam nossos começos e tropeços*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sindical, 1994.
- RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. *Letras Escreve*, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4071/0>. Acesso em: 1 dez. 2021.
- ROSA, Carolina L. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- SAMPAIO, Antônio J. de. *Descrição geral do estado do Piauí*. Tradução: Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1963.
- SAMPAIO, Antônio J. de. *Petição dirigida aos ilustres membros do Congresso Nacional [sobre o arrendamento] das fazendas nacionais do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Mont’Alverne, 1899.
- SAUER, Arthur (dir.). *Almanak Laemmert: almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1905*. 15ª secção – Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1905. ano 62, p. 1907-1918.
- SAUER, Arthur (dir.). *Almanak Laemmert: almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1906*. 15ª secção – Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1906. ano 63, p. 1711-1719.

- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher Y. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Disponível em: https://www.academia.edu/4016575/Reconstructing_Archaeology. Acesso em: 2 jun. 2021.
- SILVA, Josenias dos S. Almanack da Parnahyba: no tempo dos bons ventos fluviais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 44., 2013, Teresina. *Anais* [...]. Teresina: UFPI, 2013. p. 1-11.
- SILVA, Manoel J. da (ed.). *ALMANAK Laemmerit*: annuario administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1909. Estado do Piauhy. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1909. ano 66, p. N-1-N-23.
- SILVA, Ronaldo A. R. da; CORDEIRO, José M. L. Reflexões acerca do conceito de patrimônio cultural sob a ótica do patrimônio industrial e da arqueologia industrial. *Faces da História*, v. 4, n. 1, p. 7-29, 2017.
- SILVA FILHO, Olavo P. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. v. 3.
- STANCHI, Roberto P. *Modernidade, mas nem tanto: o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- TEIXEIRA, Marina L. G. *Teresina (1890-1920): indústria, ferrovia e arquitetura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- THIESEN, Beatriz V. *Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Tradução: Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.
- VALE, Ana. A Arqueologia e as coisas: a disciplina e as correntes pós-humanistas. *Revista Al-Madan*, v. 22, n. 20, t. 1. p. 41-49, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3QKurIA.3QKurIA> Acesso em: 20 maio 2021.
- VILHENA, Marcos A. G. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006a.
- VILHENA, Marcos A. G. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Ed. do autor, 2006b.
- ZANETTINI, Paulo E. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. “Todo está guardado en la memoria”: reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). In: ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A.; PEROSINO, María C. (ed.). *Historias desaparecidas: arqueología, memoria y violencia política*. Córdoba (AR): Encuentro Grupo Editor, 2012. p. 143-171.